

O ENSINO DE HISTÓRIA NO SETOR EDUCACIONAL DO MERCOSUL

Léia Adriana da Siva Santiago*

Resumo

O presente trabalho tem como objetivo expor o processo de consolidação do Mercosul, como também fazer uma incursão nas atividades do grupo de trabalho no ensino de História e Geografia, do Setor Educacional do Mercosul, apresentando suas ações, reflexões e perspectivas. Para isso, o trabalho está estruturado em dois subtemas e as considerações finais. No primeiro subtema, intitulado “A formação do Mercado Comum do Sul – Mercosul”, expõe-se o processo histórico de formação do Mercosul. O segundo subtema tem como título “A criação do SEM e as reflexões, perspectivas e ações do grupo de trabalho no ensino de História no Mercosul”. Neste segundo subtema, realiza-se uma incursão nos documentos dos seminários dos especialistas no ensino de História, a fim de apresentar as reflexões, perspectivas e ações para o ensino de História na Educação Básica dos Estados-Partes que compõem o Mercosul. Este trabalho se concluiu sinalizando que a necessidade de integração social e cultural possibilitou a criação do Setor Educacional do Mercosul – SEM - e, posteriormente, a formação do grupo de trabalho no ensino de História e Geografia, cuja preocupação foi incorporar conteúdos curriculares mínimos de História de cada um dos países do Mercosul e discutir sobre um ensino de História que veiculasse abordagens comparativas que possibilitassem a identificação de traços de identidade comuns, que promovessem uma história menos prejudicial ao “outro”; que contemplassem a integração social e o direito à diferença e à conformação de práticas políticas compartilhadas e a uma sociedade plural.

Palavras-Chave: Ensino de História. Grupo de trabalho. Setor educacional do Mercosul.

No desenvolvimento de nossa tese de doutorado, propusemos o estudo dos conteúdos referentes à América Latina no ensino de História. Para isso, buscamos analisar semelhanças e diferenças, mudanças e permanências, inclusões e exclusões existentes nos currículos oficiais, nos livros didáticos e na prática dos professores, bem como perceber se os conteúdos veiculados sobre a América Latina, nas escolas da cidade de Florianópolis/Brasil e Córdoba/Argentina, têm contribuído ou não para a resignificação de um ensino de História que estimule a integração regional com respeito à pluralidade cultural.

Nessa perspectiva, estamos escrevendo, no primeiro capítulo de nosso trabalho, algumas considerações sobre os processos históricos de integração latino-americana, até a consolidação do Mercosul, ou as tentativas para que isso ocorresse, especialmente durante o século 20 — mesmo fazendo alguma referência ao século 19 — como também temos feito uma incursão nos documentos do Setor Educacional do Mercosul – SEM – e nas reflexões e

* Doutoranda em Educação pela Universidade Federal do Paraná. E-mail: leiasanti@hotmail.com

perspectivas resultantes dos seminários de especialistas do Grupo de Trabalho de História e Geografia.

Frente ao que está exposto nos dois parágrafos anteriores, como proposta para este artigo, pretendemos expor o processo de consolidação do Mercosul e fazer uma incursão nas atividades do grupo de trabalho no ensino de História e Geografia, do Setor Educacional do Mercosul, apresentando suas ações, reflexões e perspectivas.

A formação do Mercado Comum do Sul – MERCOSUL

O Mercosul – Mercado Comum do Sul –, estabelecido no Tratado de Assunção, firmado em 1991 – período em que as relações entre o Brasil e a Argentina começaram a se estreitar –, surgiu com o propósito de realizar uma integração acelerada das economias nacionais da região da Argentina, do Brasil, do Paraguai e do Uruguai.

A formação do Mercosul está inserida num quadro delineado pelo crescente avanço na área científico-tecnológica, como também pelo processo de globalização e configuração de blocos econômicos, política e culturalmente regionais.

Uma das principais características da era atual é o fortalecimento do processo de globalização¹. Este processo se caracteriza pela formação de um mercado unificado - onde tudo pode ser comprado, produzido e vendido em qualquer parte do mundo. Ele possibilita a implantação de mercados sem pátria e a integração de mercados regionais que desconhecem fronteiras geográficas (MENDONÇA, 2000). O local e o global se entrelaçam no processo de globalização, formando uma rede através da qual ambos os elementos são transformados, como resultado de suas interconexões (GUIBERNAU, 1997).

Este avanço da chamada “globalização” fez emergir novas formas de relações, tecidas e negociadas multilateralmente, as quais evidenciam a competição entre as regiões e a formação de blocos regionais resultantes da necessidade de integração econômica, política, social e cultural entre os países frente ao cenário internacional que se delineia.

O final da década de 1980 assistiu ao colapso do campo soviético, ao fim da Guerra Fria, à aceleração do processo de globalização da economia, da competição entre os países desenvolvidos, da revolução científica e tecnológica e à formação de blocos econômicos como a União Européia – eu -, ao do Tratado Norte-Americano de Livre Comércio – NAFTA

¹ O significado de globalização, compreendido por Guibernau (1997, p. 139), é de que esta é a “intensificação das relações sociais no mundo inteiro, que liga localidades distantes de tal modo que os acontecimentos de uma região são formados por eventos que ocorrem milhas de distância e vice-versa”.

– e à Cooperação Econômica da Ásia e do Pacífico – APEC.

Diante deste contexto, a nova agenda internacional ressaltava a abertura dos mercados internos dos países periféricos e a redemocratização de seus governos (MARTINS, 2007).

Dentro dessa perspectiva, se continuassem isolados, os países latino-americanos tornar-se-iam vulneráveis. A conscientização por parte dos Estados sul-americanos de que somente através de um processo de integração seria possível enfrentar uma série de questões internas e externas de caráter econômico e social, fez com que esta integração fosse se tornando realidade (SIMÕES, 2007).

Cabe aqui destacar que, no que se refere às questões internas do Brasil e da Argentina, fatores que favoreceram os acordos de integração foram a possibilidade de fortalecer os regimes democráticos – vindos de uma recente experiência militar e autoritária – e o processo de transição do período desenvolvimentista para o modelo de internacionalização dos mercados internos, através da adoção de políticas de abertura comercial, de redução do papel do Estado e privatização das empresas públicas. Fontana (2000, p. 265) descreve:

[...] desde os anos 80, passou-se a uma visão minimalista do Estado, que conduz à privatização de muitas das atividades econômicas que estavam ao seu encargo e a desmantelar boa parte dos serviços sociais que proporcionava. O programa de mudanças que o Banco Mundial propõe para “o Estado em um mundo em transformação” insiste em reduzir seu papel ao de “colocar as bases dos fundamentos institucionais adequados para o mercado”.

Assim sendo, com o fim dos governos autoritários no Brasil e na Argentina, a superação dos limites de ordem imaginária e política foram sendo lentamente derrotados. As controvérsias sobre o aproveitamento dos rios e da energia (Brasil - região platina) e o apoio brasileiro na questão das Malvinas, em 1982, também foram passos fundamentais no desarmamento dos espíritos e na aproximação entre os dois grandes países da América do Sul.

Além dos fatores citados no parágrafo anterior, outro fator que possibilitou a abertura de espaço para a retomada do projeto de integração regional foi a diminuição da intensidade de atuação dos Estados Unidos sobre a região sul-americana. Assim, as tentativas de integração que até então haviam sido dirigidas por protocolos setoriais, assumem “um caráter comercialista, de câmbio livre, de abertura geral e sem proteção setorial” (MARTINS, 2007, p. 3).

A aproximação do Brasil com a Argentina ou, mais especificamente, do eixo industrial e comercial entre Buenos Aires e São Paulo, possibilitou que em 1988 esses dois países

estabelecessem o “Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento”, tendo como objetivo central a consolidação do processo de integração bilateral, instituindo, como foco, um espaço econômico comum em um prazo de dez anos, a harmonização das políticas aduaneiras, comerciais, industriais, agrícolas, de transporte e comunicação e a organização de políticas monetária, cambial e fiscal (MOMMA, 2001).

A estratégia de aproximação entre os dois países estimulou a construção de uma zona de livre-comércio sul-americana, a partir da inserção de quatro países localizados na porção austral da América. Essa cooperação regional foi facilitada pela convergência de interesses entre as partes que possuíam “peso relativo” no contexto global e viam na cooperação um modo de se proteger dos efeitos da globalização (MARTINS, 2007). Nascia, assim, o Mercado Comum do Sul – Mercosul -, com a participação do Brasil, da Argentina, do Paraguai e do Uruguai.

A assinatura do “Tratado de Assunção”², em março de 1991, marca o nascimento formal desse mercado. Nesse documento, foram fixados os prazos, as metas e os instrumentos para a construção de um mercado comum, cuja vontade inicial foi de conformá-lo até o dia 31 de dezembro de 1994.

Segundo esse tratado, a constituição de um mercado comum implicaria:

- A livre circulação de bens, serviços e fatores produtivos entre os países, através, entre outros, da eliminação dos direitos alfandegários e restrições não tarifárias à circulação de mercadorias e de qualquer outra medida de efeito equivalente;
- O estabelecimento de uma tarifa externa comum e a adoção de uma política comercial comum em relação a terceiros Estados ou agrupamentos de Estados e a coordenação de posições em foros econômico-comerciais regionais e internacionais;
- A coordenação de políticas macroeconômicas e setoriais entre os Estados Partes – de comércio exterior, agrícola, industrial, fiscal, monetária, cambial e de capitais, de outras que se acordem -, a fim de assegurar condições adequadas de concorrência entre os Estados Partes;
- O compromisso dos Estados Partes de harmonizar suas legislações, nas áreas pertinentes, para lograr o fortalecimento do processo de integração (MERCOSUL. Tratado de Assunção, capítulo 1, artigo 1, 1991).

Saraiva (1995), ao descrever a formação do Mercosul, observa que sua formação foi resultado da vontade política dos governantes dos países contratantes, que pretendiam

² O “Tratado de Assunção” foi firmado pelos presidentes Carlos Saúl Menem, da Argentina; Fernando Collor de Mello, do Brasil; Luis Alberto Lacalle Herrera, do Uruguai; Andrés Rodríguez, do Paraguai e pelos ministros das Relações Exteriores Guido Di Tella, da Argentina; Francisco Rezek, do Brasil; Hector Gros Espiell, do Uruguai e Alexis Frutos Vaesken, do Paraguai (MOMMA, 2001).

implementar decisões para o processo de integração. Segundo Saraiva (1995), o Mercosul está sustentado numa visão restritiva dos parceiros, que é quase um imperativo de sobrevivência diante das dificuldades de construção de regras estáveis no sistema internacional. Ele não é somente um mercado, pois as dimensões sociais – nas quais se insere a educação – começaram a tomar relevo a partir deste processo de integração.

A criação do sem e as reflexões, perspectivas e ações do grupo de trabalho no ensino de história no Mercosul

O “Tratado de Assunção”, assinado em março de 1991, apontou a questão econômica como um dos principais motivos para a criação do mercado comum. O tratado, na introdução, declara que a ampliação das atuais dimensões de seus mercados nacionais constitui condição fundamental para acelerar seus processos de desenvolvimento econômico com justiça social.

Todavia, a necessidade de integração não somente econômica, mas também política, social e cultural entre os países que compõem um bloco se tem tornado cada vez mais necessária. Estas políticas de integração, em outros âmbitos, têm sido justificadas pela necessidade de investimento estratégico na formação de recursos humanos e pela integração cultural e científica através do intercâmbio entre os distintos países (RAIZER, FACHINETO, NEVES, 2006).

No caso do Mercosul, a educação entrou na pauta da discussão desde o início da sua formação. Assim, após a instituição de mercado, a necessidade de uma integração educacional foi colocada em pauta ainda no ano de 1991, na reunião ocorrida em 13 de dezembro, pelos ministros³ da Educação da Argentina, do Brasil, do Paraguai e do Uruguai, na cidade de Brasília. Nesta reunião, foi assinado o Protocolo de Intenções, que considerava que a “Educação tem um papel fundamental para que esta integração se consolide e se desenvolva” (MOMMA, 2001, p. 111).

Gadotti (2004) compreende que não é possível ser ingênuo em pensar que a educação pode sozinha resolver o problema da integração, mas ela é um fator importante de formação e consolidação de uma integração, já que esta se realiza a partir do momento em que as partes se reconhecem, mutuamente, como diversas. Neste aspecto, falar de integração é falar de ampliação e interação de laços econômicos, políticos, sociais e culturais.

A tentativa de constituição do Mercosul exigiu a adoção de medidas econômicas,

³ Estiveram presentes nesta reunião os ministros Antonio Salonia, da Argentina; Antônio Teixeira de Souza Júnior, do Brasil; Hugo Estigarribia Elizeche, do Paraguai e Guillermo García Costa, do Uruguai.

tarifárias, técnicas e sanitárias dos produtos manufaturados por parte dos países-membros. Tornou-se necessária a elaboração de programas de formação de recursos humanos, a obtenção de padrões educacionais mínimos na região e o estabelecimento de critérios de equivalência de diplomas de nível superior, técnico e médio e o conhecimento mútuo entre os países do bloco (WASSERMAN, 1999).

Assim, na Reunião dos Ministros da Educação, ocorrida em 13 de dezembro de 1991, os participantes decidiram criar a Comissão dos Ministros da Educação, propondo ao Conselho do Mercado Comum (CMC) a organização de um subgrupo de trabalho no campo educacional.

Em 17 de dezembro de 1991, o Conselho do Mercado Comum (CMC), reunido em Brasília, decidiu, através da Resolução 07/91 do CMC, criar a Reunião de Ministros de Educação (RME), cuja função era propor, através do Grupo Mercado Comum, medidas visando à coordenação das políticas educacionais nos Estado-partes. Com a entrada em vigor da Reunião dos Ministros da Educação (RME), é institucionalizado o Mercosul educacional, oficialmente chamado de Setor Educacional do Mercosul (SEM).

Para assistir às reuniões dos ministros de Educação do Mercosul, foi constituído o Comitê Coordenador Regional (CCR), encarregado de propor políticas e estratégias educacionais para a integração regional e a coordenação das atividades do setor educacional dos países envolvidos. Este comitê era composto por uma delegação nacional de cada Estado-parte, presidido por um representante do Ministério da Educação. Ele poderia criar Comissões Técnicas Regionais (CTR) e Grupos de Trabalho (GT) (MOMMA, 2001). Entre os grupos de trabalho criados, constituiu-se o do ensino de História e Geografia.

Uma das primeiras ações deste grupo de trabalho no ensino de História e Geografia aconteceu durante a V Reunião de Ministros da Educação, ocorrida em 21 de dezembro de 1993. Nesta reunião, foi realizado um trabalho preliminar de discussão acerca de conteúdos mínimos de História, assim como dos esquemas conceituais e dos critérios metodológicos que orientariam a inclusão de conteúdos específicos de cada país, nas reformas curriculares dos demais países (SARAIVA, In: MARFAN, 1998).

No ano de 1994, a primeira reunião de especialistas de história que compunham o GT, ocorrida na cidade de Buenos Aires, acordou a produção de módulos de História, que deveriam ser redigidos pela Comissão Técnica Nacional Argentina do Mercosul Educacional, a partir de materiais e recomendações que fossem encaminhados pelos respectivos países. Os resultados deste trabalho foram encaminhados, em forma de “rascunho”, pelo Ministério da Educação da Argentina, para os demais países.

Neste mesmo ano de 1994, na VII Reunião de Ministros da Educação dos Países do Mercosul, realizada em Ouro Preto, foi registrado o compromisso de concluir o trabalho de redação dos módulos de História para o primeiro semestre de 1995. No entanto, a reunião⁴ dos delegados que subsidiava e preparava a agenda para a reunião dos ministros avaliou os módulos e concluiu que eram inviáveis. Neste sentido, a posição do Brasil foi fundamental ao apresentar o caráter diversificado dos sistemas educacionais de cada país, uma vez que, no caso brasileiro, a descentralização educacional tornaria o módulo de História apenas uma peça recomendatória.

Além deste aspecto exposto pelo Brasil, o texto dos módulos preparado pelos especialistas argentinos apresentou problemas no ângulo da abordagem. Segundo Saraiva (apud MARFAN, 1998), ele não trazia os resultados mais consagrados das pesquisas e era marcado pelo nacionalismo historiográfico de cada país.

Diante desta complexidade para a adoção dos módulos, encaminhou-se uma nova proposta para o trabalho dos especialistas na matéria. Foi proposto que - com base nos conteúdos mínimos sugeridos no seminário de especialistas, ocorrido anteriormente, em Buenos Aires - esses conteúdos fossem encaminhados e servissem como elementos de apoio no processo de discussão dos parâmetros curriculares nacionais, que estavam em andamento em todos os países do Mercosul.

Esta nova proposta de trabalho para os especialistas, além de possibilitar o avanço metodológico no tema, também permitiu que se propusesse um quadro contextualizador para a inserção gradual de conteúdos de História na perspectiva de integração. Assim, em outubro de 1995, em Brasília, na reunião de especialistas em que se discutiu esta nova proposta, foi redigido o documento “Para uma História e uma Geografia da Integração Regional”.

Em relação a este documento, Saraiva (apud MARFAN, 1998, p. 19) observa:

A preocupação dos especialistas, em Brasília, era vincular a dimensão da construção de uma consciência social favorável ao processo de integração por meio do estímulo ao debate da história regional do Prata, do envolvimento dos quatro países em uma matriz histórica que tem muito em comum, a superação dos nacionalismos históricos. A cautela para não impor conteúdos excessivamente fechados levou a que o documento discutisse a “coexistência dos aspectos compartilhados e dos que conferem características e dinâmicas particulares a cada uma dessas sociedades.

⁴ Saraiva (apud MARFAN, 1998) descreve que esta foi a XIV Reunião do Comitê Coordenador Regional do Setor Educacional do Mercosul.

Como princípios e atitudes que foram sugeridos na discussão dos conteúdos mínimos de História em cada um dos países do Mercosul, Saraiva (apud MARFAN, 1998) destaca a ampliação das visões restritivas do ângulo nacional a partir do enfoque regional, sustentado na solidariedade, na integração e na globalização e na vinculação dos processos nacionais e regionais nas suas dimensões sócio-históricas e socioespaciais diante do contexto internacional.

Entre os eixos comuns para o desenvolvimento dos conteúdos específicos correspondentes em cada país, o documento incluiu a história das sociedades e das culturas indígenas americanas, a diversidade cultural e os aspectos comuns, a construção da democracia e o processo de integração na região.

Além das ações citadas nos parágrafos acima, foram realizados, pelo grupo de trabalho no ensino de História e Geografia, quatro seminários dos especialistas dessas áreas. Em 1997, ocorreu o primeiro seminário do grupo de trabalho e o último foi realizado no ano de 2004, em Santiago do Chile - Valparaíso. No entanto, de acordo com a ata nº 2/07, da LXI Reunión del Comité Coordinador Regional del Sector Educativo del Mercosur, estava previsto para o ano de 2007 o V Seminário de História e Geografia. Assim relata a ata⁵:

Brasil informó sobre las siguientes actividades:

V Seminario de Historia y Geografía del MERCOSUR, que se realizará en Florianópolis en el mes de octubre (MERCOSUL EDUCACIONAL. MERCOSUR/RME/CCR/Ata nº 2/07, 2007).

O primeiro seminário ocorrido, então, em 1997, apresentou discussões em duas mesas-redondas e sistematizou recomendações sobre o enfoque regional nas atuais propostas curriculares dos países do Mercosul, sobre os temas comuns aos países integrantes no ensino de História e sobre os livros didáticos e as novas tecnologias no ensino de História dentro de uma perspectiva regional.

No que se refere à primeira mesa-redonda, a proposta do tema foram a trajetória e as perspectivas da História no Mercosul. A especialista argentina Silvia Finocchio (apud MARFAN, 1998) destacou que, no contexto das atuais transformações culturais, o que tem chamado a atenção no processo de globalização é a aceleração dos fluxos culturais, gerando mudanças de percepção das categorias de tempo e espaço.

⁵ Diante do relato desta ata, fiz contato com a Assessoria Internacional, em Brasília, que me enviou uma mensagem eletrônica, no dia 23/07/2009, informando que o V seminário foi cancelado da data prevista e adiado em duas ocasiões, no primeiro e no segundo semestre de 2008, em razão de sua desaprovação pelo Comitê Coordenador Regional (CCR). Segundo a assessoria, o seminário em questão não consta mais no cronograma do Setor Educacional do Mercosul.

Diante desta dinâmica cultural e das mudanças na percepção de tempo e espaço, Finocchio (Ibid.) questionou de que maneira o ensino de História poderia contribuir para a democratização da integração em termos culturais. Como resposta a esta pergunta, a autora considera importante refletir a respeito da função da História no contexto do Mercosul; expor o que foi produzido de conhecimentos históricos sob uma perspectiva regional; definir conteúdos escolares que sejam legitimados por essa produção; advertir sobre os problemas com a circulação de livros e o estado de pobreza das bibliotecas em relação a esta temática e, por último, propõe a formação de redes de profissionais de diversos tipos.

O representante brasileiro, José Flavio Sombra Saraiva (Id., *ibid.*), ao analisar a trajetória do campo da História no Mercosul até a realização do primeiro seminário regional, sinalizou a existência de alguns problemas que precisavam ser tratados, a fim de que as discussões pudessem ser desenvolvidas no decorrer dos anos consecutivos.

Saraiva (*op. cit.*), em primeiro lugar, indica como problema a falta de uma estratégia comum aos quatro países, quanto ao papel da educação histórica no processo de formação de uma consciência histórica comum; em segundo lugar, a ausência de uma resposta satisfatória para a pergunta acerca das razões que alimentam a revisão da história dos países envolvidos no movimento de integração regional no Mercosul; em terceiro lugar, a exagerada tendência, nos enfoques integracionistas, para a acomodação e o silêncio a respeito dos conflitos históricos, em favor da construção de uma imagem romântica e necessária para a integração. Em quarto e último lugar, Saraiva (Id., 1998, p. 22) não indica necessariamente um problema, mas expõe duas maneiras de se tratar a história no processo negociador da educação do Mercosul:

Na primeira, a educação é o centro civilizador e empreendedor de uma utopia viável que vê na inclusão de uma nova história e de uma nova geografia nas salas de aula e nos livros didáticos uma oportunidade original de desenvolver social e culturalmente os povos da região e de estimular, em nossos alunos, a adoção de atitudes críticas diante das modernizações conservadoras e da desidentificação das nações e dos valores da solidariedade. Na segunda, a história e a geografia servirão apenas para conservar a dominação, para descaracterizar as nações e um mero instrumento de divulgação de oportunidades de mercado, do fetiche da globalização desinteressada pela formação ética e humana dos nossos filhos.

O último texto escrito apresentado nesta mesa-redonda foi o da uruguaia Adela Pereyra (*op.cit.*). Ela delinea que os educadores, mestres e professores dos países envolvidos no Mercosul têm o desafio de procurar enfoques, estratégias e ações que fomentem e possibilitem a integração que estes quatro povos têm decidido realizar. Não se trata mais de

formar os cidadãos nacionais de cada Estado, mas se trata de formar o cidadão inserido no processo de globalização, sendo capaz de manusear e integrar simultaneamente as diversas dimensões espaciais e temporais.

Quanto à segunda mesa-redonda, esta procurou apresentar e discutir as tendências da produção historiográfica observadas nos países integrantes, em busca de novas possibilidades e estratégias de abordagem regional, tanto no campo da pesquisa, como no do ensino, em curto, médio ou longo prazo.

Nesta mesa-redonda, o argentino Alejandro Eujanian (op.cit.) sinalizou que o que tem caracterizado as tradições historiográficas na América do Sul vem sendo o escasso diálogo entre elas. Destacou como problema mais grave da ausência deste diálogo a pobreza observada na circulação das produções realizadas por cada país, especialmente no que se refere à produção brasileira, pois são muito poucos os livros de historiografia brasileira traduzidos para o castelhano.

A especialista brasileira Heloisa Reichel (op. cit.), numa tentativa de avaliar as abordagens presentes na produção historiográfica do Mercosul, enfatizou a presença de um forte viés nacionalista, a separação entre as histórias das áreas de colonização portuguesa das de colonização hispânica, e o predomínio de uma história política que privilegia - no que se refere às relações internacionais - os conflitos e as disputas que existiram entre os países que integram o bloco regional. Para Reichel (Id., 1998, p. 55):

É necessário estimular as abordagens comparativas e as temáticas que possibilitem a identificação de traços de identidade comuns ou de aproximação entre os países, em vez de narrar uma história delimitada pelos limites geopolíticos do Estado-nação e pelos antagonismos e diferenças que marcaram as relações entre os mesmos.

Para o uruguaio Alberto Ferré (op.cit.), o horizonte a partir do qual se poderia fazer a história inclusiva dos quatro países do Mercosul seria o histórico da América Latina como um todo, dentro da perspectiva de sua atualidade dinâmica e da perspectiva de suas raízes.

Diante destas questões levantadas nas mesas redondas do I Seminário, encontramos, nas últimas páginas do texto organizado por Marfan (1998, p. 11, 12), a descrição dos temas comuns para o ensino de História dos países que integram o Mercosul, selecionados pelo grupo de trabalho:

1. Estudo histórico das diversas etnias.
2. Fronteiras com espaço de intercâmbio e isolamento.

3. Passado colonial na perspectiva de estudos comparados.
4. Estudo dos conflitos entre Estados nacionais numa perspectiva regional.
5. As ditaduras militares recentes na América Latina e os circuitos do exílio.
6. A produção cultural numa perspectiva histórica.

O II Seminário Bienal sobre o Ensino de História e Geografia ocorreu no ano de 1999, na cidade de Montevideu. As informações que obtivemos sobre este seminário foram bastante escassas. O site oficial do Mercosul Educacional não traz nenhuma informação sobre ele, nem mesmo as atas estão ali disponíveis.

A fonte de informação obtida sobre este II Seminário foi a dissertação de mestrado escrita por Maria Silvia Cristofoli, em 2002. Esta autora destaca que estiveram presentes neste seminário as historiadoras Liliane Cattáneo, da Argentina, e Circe Bittencourt, do Brasil.

De acordo com Cristofoli (2002), Cattáneo enfatizou o papel que a História e o saber escolarizado tiveram na construção de identidade coletiva da Argentina. Para ela, até a metade do século 20, na Argentina, havia uma visão homogênea e unitária da História, uma vez que as crianças estavam matriculadas nas escolas que pertenciam à esfera de um Estado que buscou difundir a formação de uma identidade nacional, com cidadãos patriotas.

Cristofoli (2002) relata que Cattáneo adverte para a necessidade de decisões que fortaleçam os intercâmbios de investigadores e docentes dos países que integram o Mercosul; que promova um ensino de história menos prejudicial ao “outro” e que se insista na elaboração de livros que abandonem a celebração das supostas glórias da nação e que se inscreva num horizonte mais aberto.

Na análise de Cristofoli (2002) sobre o que foi exposto pela historiadora brasileira Bittencourt, ela descreve que a estudiosa fez um levantamento das pesquisas realizadas no Brasil - na área de ensino de História, na última década do século 20 – sinalizando para a existência de poucas pesquisas sobre o ensino de História da América Latina e sobre o Mercosul. Para Bittencourt, a pouca produção de pesquisas sobre estes temas poderia ter suas raízes em épocas anteriores, quando as necessidades mais urgentes levaram alguns historiadores a se dedicar, no que se refere ao Brasil, à discussão de uma identidade nacional.

O III Seminário Bienal de História e Geografia ocorreu na cidade de Buenos Aires, entre os dias 22 e 24 de agosto de 2002. Tratando do que foi exposto neste seminário, a uruguaia Bárbara Díaz (2002, p. 5) entende que o papel da História na formação de cidadãos para a integração necessita de um enfoque histórico que colabore notavelmente com esta formação:

Por un lado, realizando una labor positiva de estudio de proyectos integradores, de sus raíces, sus dificultades, sus logros; por otro, haciendo un estudio crítico del proceso de formación del Estado-nación para valorar en qué medida ello ha constituido y constituye aún hoy una rémora a la integración (CENTRO INFORMACIÓN Y DOCUMENTACIÓN. III Seminario sobre la Enseñanza de la Historia y de la Geografía, 2002, p. 5).

Entretanto, Díaz (2002) sinaliza que, para que isto ocorra, é necessário considerar este processo em sua dimensão ética, pois uma integração supõe mudança no comportamento das pessoas exige dos cidadãos o desenvolvimento de novas atitudes, novos hábitos e valores que fomentem a amplitude de horizontes e a abertura para a diversidade.

O argentino Ariel Denkberg (2002) analisa a questão do ensino de História e de Geografia na formação de uma cidadania crítica, que respeite a diversidade nos processos de integração regional. Segundo ele, o conceito de cidadania, que deve orientar o ensino de história, precisa contemplar, ao mesmo tempo, a integração social e o direito à diferença, a conformação de práticas políticas compartilhadas e a valorização de múltiplas iniciativas de participação e organização política, uma cidadania ativa e uma sociedade pluralista que não afirme sua própria identidade, negando o valor das outras.

A pesquisadora María Elena Caillet Bois⁶, da Argentina, pontuou que uma das formas utilizadas para colonizar a História tem sido a apresentação de periodizações que, de alguma maneira, evitariam o olhar sobre a América Latina e priorizariam o olhar sobre uma periodização europeizante. Bois entende (2002, p. 6) que o modo de contribuir para a descolonização da História deveria ser por intermédio de periodizações personalizadas que permitissem o enfoque centrado na América Latina. Essas periodizações poderiam mostrar os problemas compartilhados pelas nações, insistindo nas singularidades, sem se esquecer de inseri-las no contexto mais amplo, de modo que “cuestiones como el imperialismo, o las consecuencias de la segunda revolución industrial, las guerras mundiales etc, puedan verse, no como un problema específico de cada país, sino como un problema común”.

No que se refere ao IV Seminário sobre o Ensino de História e Geografia, o “Centro Información y Documentación” do Mercosul nos encaminhou um único documento, contendo algumas informações sobre ele. As informações apresentadas por este documento se dividem em tópicos, contendo informações gerais, objetivo do seminário e temas que seriam abordados.

⁶ O texto desta autora faz parte dos documentos enviados pelo Centro Información y Documentación, sobre o III Seminario sobre la Enseñanza de la Historia y de la Geografía, 2002.

Entre as informações gerais, está o relato de que o IV Seminário seria realizado em Santiago do Chile – Valparaíso, entre os dias 3 e 5 de novembro de 2004. Quanto ao objetivo geral do IV Seminário, o documento expõe:

Propiciar el diálogo entre actores relevantes de la Región, en el ámbito de la enseñanza de la Historia, la Geografía y las Ciencias Sociales, para discutir sobre los desafíos y oportunidades de la integración y la cooperación a nivel MERCOSUR. (CENTRO INFORMACIÓN Y DOCUMENTACIÓN. Seminario sobre la Enseñanza de la Historia y de la Geografía. s.d, p. 1)

No documento também se encontram selecionados os temas que deveriam ser abordados no IV Seminário:

“La enseñanza de la historia, la geografía y las ciencias sociales en los países del MERCOSUR: tendencias y desafíos curriculares”.
“Cómo se aborda la integración de los países del MERCOSUR en el currículum implementado”. Visión desde el mundo docente.
“La integración regional y el mundo escolar”.
“La formación docente y la integración regional”.
“El desafío de la integración mirado desde los textos escolares”. (CENTRO INFORMACIÓN Y DOCUMENTACIÓN. Seminario sobre la Enseñanza de la Historia y de la Geografía. s.d, p.1)

Como já citamos anteriormente, este é o único documento que nos foi encaminhado pelo “Centro Información y Documentación” do Mercosul. Sobre este IV Seminário não temos referências de textos, de autores e especialistas que estiveram presentes. Entretanto, lendo as atas contidas no site oficial do Mercosul, encontramos uma referência na ata nº04/04, da LI Reunião do Comitê Coordenador Regional do Setor Educacional do Mercosul. Nesta ata, entre os informes sobre as atividades da Comissão Regional Coordenadora da Educação Básica (CRC-EB), há uma citação que se refere ao IV Seminário:

IV Seminário de História e Geografia

Considerando a declaração feita pelos participantes do IV Seminário, o CCR **decidiu promover** outras atividades e aprofundar as ações de integração relacionadas ao tema de História e Geografia. **Acolheram** as sugestões de ações tais como: um programa de escolas sem fronteira; a formação e capacitação docente; a elaboração de materiais; a construção de banco de dados; e a criação de equipes de pesquisa. O CCR **acordou** instruir a CRC-EB e CRC-ES⁷ a fomentar iniciativas que tratem desta temática (MERCOSUL EDUCACIONAL. MERCOSUR/ RME/LI CCR/Ata nº04/04, 2004).

⁷ Comissão Regional Coordenadora de Educação Superior.

Considerações finais

Na introdução deste artigo, propusemo-nos expor o processo de consolidação do Mercosul e fazer uma incursão nas atividades do grupo de trabalho no ensino de História e Geografia, do Setor Educacional dos países-membros, apresentando suas ações, reflexões e perspectivas.

Ao tratarmos da formação desse bloco, vimos que a questão econômica foi um dos principais motivos para a sua criação, embora também tenha se preocupado com a educação, uma vez que esta passou a ser um dos eixos importantes da transformação das economias e do perfil produtivo das integrações regionais.

Frente à importância dada à educação no processo de integração, foi constituído o Setor Educacional do Mercosul (SEM) e, dentro dele, o Grupo de Trabalho do Ensino de História e Geografia. Esse grupo tem colocado em sua pauta projetos e atividades sobre o ensino de História para viabilizar essa integração regional.

Assim, observamos que, entre os projetos e atividades dos especialistas, estiveram a preocupação com a incorporação de conteúdos curriculares mínimos de História de cada um dos países-membros. Esta preocupação gerou a tentativa de produção de módulos de História comuns aos quatro países e a redação, em 1995, de um documento que definia os eixos comuns ao desenvolvimento dos conteúdos específicos de cada país - incluindo a história das sociedades e das culturas indígenas americanas, a diversidade cultural e os aspectos comuns, a construção da democracia e o processo de integração na região.

Outro projeto do Grupo de Trabalho foi a realização dos três seminários do ensino de História e Geografia. Nesses seminários, percebemos que, nas discussões dos especialistas em História, o tema da cidadania foi trazido por Díaz e Denkberg, e as questões da nação e do nacionalismo foram discutidas por Díaz, Cattaneo e Reichel.

Sobre as demais discussões dos especialistas, observamos que os temas indicavam a preocupação de que o ensino de História do Mercosul veiculasse abordagens comparativas, que possibilitassem a identificação de traços de identidade comuns; que promovessem uma história menos prejudicial ao “outro”; que contemplassem a integração social e o direito à diferença e à conformação de práticas políticas compartilhadas e a uma sociedade plural.

Pudemos perceber, pelas discussões dos especialistas, que é necessário pensar o ensino de História no âmbito da formação do bloco regional, mas também no interior de cada país. Para isto, percebe-se que as discussões visualizam a necessidade de ampliar as visões restritas

do ângulo nacional, para o ângulo regional, superando assim tanto uma visão eurocêntrica de História como uma visão que denigre o “outro” latino-americano.

Colocados diante destas percepções, entendemos a importância de se analisar, especialmente no que se refere ao ensino de História, o que tem sido posto em andamento para a construção de uma identidade latino-americana nestes dezoito anos de formação do Mercosul. Entretanto, é importante perceber que esse mercado MERCOSUL não é uma panacéia dos problemas da região (SARAIVA, 1995), mas, para o ensino de História, ele pode ser ou está sendo a possibilidade de construção de uma cultura democrática, de uma consciência histórica e cidadã e de uma identidade latino-americana, a ser viabilizada na educação básica dos Estados-partes.

HISTORY TEACHING IN MERCOSUL'S EDUCATIONAL SECTOR

Abstract

The purpose of the present study is to expose the process of consolidation of the MERCOSUL, as well as making an incursion in the activities of the workgroup in the teaching of History and Geography, of MERCOSUL's Educational Sector, presenting its actions, reflections and perspectives. Thus, the study is structured into two subthemes and the final considerations. In the first subtheme, entitled “The formation of the Common Market of the South – MERCOSUL”, exposes the historical process of formation of the MERCOSUL. The second subtheme has the title “The creation of the SEM and reflections, perspectives and actions for the teaching of History in the Basic Education of the States-Parties that compose the MERCOSUL. The conclusion of this study signaled the need for social and cultural integration that enabled the creation of MERCOSUL's Educational Sector – SEM and, later, the formation of the workgroup in the teaching of History and Geography, whose concern was to incorporate the minimum curricular contents of History for each of the countries of the MERCOSUL and discuss about teaching History that included comparative approaches that enabled the identification of traces of common identity, which promoted a history less prejudicial to the “other”; which contemplated the social integration and the right to the difference and to the conformation of shared political practices and to a plural society.

Keywords: History Teaching. Workgroup. Mercosul's Educational Sector.

Fontes escritas

ARGENTINA. CENTRO INFORMACIÓN Y DOCUMENTACIÓN . **Seminario sobre la Enseñanza de Historia y Geografía.** s.d.

BRASIL. MERCOSUL. **Tratado de Assunção.** 1991. Disponível em: <<http://www.mercosul.gov.br/tratados-e-protocolos/tratado-de-assuncao-1/>>. Acesso em: 30 jan. 2008.

BRASIL. MERCOSUL EDUCACIONAL. **MERCOSUR/ RME/LI CCR/Ata nº04/04**, 2004. Disponível em: <<http://www.sic.inep.gov.br>>. Acesso em: 10 fev. 2009.

BRASIL. MERCOSUL EDUCACIONAL. **MERCOSUR/ RME/CCR/Ata nº 2/07**, 2007. Disponível em: <<http://www.sic.inep.gov.br>>. Acesso em: 21 jul. 2009.

MARFAN, Marilda Almeida (org.). **O Ensino de História e Geografia no Contexto do MERCOSUL**. Brasília: MEC/SEF, 1998.

Referências

BOIS, María Elena C. Descolonizar la Historia. In: CENTRO INFORMACIÓN Y DOCUMENTACIÓN. **III Seminario sobre la Enseñanza de la Historia y de la Geografía**. Buenos Aires, 2002.

CRISTOFOLI, Maria Silvia. **Integração cultural, ensino de história e identidade latino-americana: uma utopia possível?** 2002. (Dissertação) - Centro de Ciências da Educação - UFSC. Florianópolis.

DENKBERG, Ariel. La enseñanza de la Historia y de la Geografía en la formación de una ciudadanía crítica y respetuosa de la diversidad frente a los procesos de integración regional . In: CENTRO INFORMACIÓN Y DOCUMENTACIÓN. **III Seminario sobre la Enseñanza de la Historia y de la Geografía**. Buenos Aires, 2002.

DÍAZ, Bárbara. Formar ciudadanos para la integración. In: CENTRO INFORMACIÓN Y DOCUMENTACIÓN. **III Seminario sobre la Enseñanza de la Historia y de la Geografía**. Buenos Aires, 2002.

FONTANA, Josep. **Introdução ao estudo da história geral**. Bauru: Edusc, 2000.

GADOTTI, Moacir. **O MERCOSUL educacional e os desafios do século XXI**. Brasília: MEC/INEP, 2007. Disponível em: <<http://www.publicacoes.inep.gov.br>>. Acesso em: 12 jul. 2009.

GUIBERNAU, Montserrat. **Nacionalismos: O estado nacional e o nacionalismo no século XX**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.

MARTINS, Fernanda Tondolo. Integração Sul-americana na segunda metade dos anos 1990: projeto político brasileiro versus assimetrias regionais do subcontinente. In: XXVI Simpósio Nacional de História – **História e Multiplicidade: territórios e deslocamentos** – São Leopoldo: UNISINOS, 2007. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História.

MENDONÇA, Erasto F. Estado e gestão democrática do ensino público. In: **A regra do jogo: democracia e patrimonialismo na educação brasileira**. Campinas, SP: FE/UNICAMP, 2000.

MOMMA, Adriana M. **As políticas educacionais brasileiras no contexto do MERCOSUL: perspectivas e desafios para o processo de integração**. 2001. Dissertação (Mestrado) - UNICAMP. Campinas.

RAIZER, L. NEVES, C. E. B. Fachinetto, R. F. Educação para a Integração: rumo ao Mercosul Educacional?. In: XIV Jornada de Jovens Pesquisadores da AUGM. **Empreendedorismo, Inovação Tecnológica e Desenvolvimento Regional.** Campinas/UNICAMP, 2006. Anais da XIV Jornada de Jovens Pesquisadores da AUGM.

SARAIVA, José Flávio Sombra. O Brasil e a integração hemisférica: vertente histórica. EM ABERTO – MERCOSUL; v. 15, n.68, out/dez 1995.

SIMÕES, Rodrigo Lemos. Qual História, qual ensino? Considerações sobre a educação e cultura no MERCOSUL. In: XVIII Simposio Internacional de didactica de las Ciencias Sociales, 2007, Bilbao. **Las competencias profesionales para la enseñanza-aprendizaje de las ciencias sociales.** Bilbao: Baster, 2007.

WASSERMAN, Claudia. Ensino de História no Mercosul. **In:** XX Simpósio Nacional da Associação Nacional de História (20: 1999: Florianópolis). **História: fronteiras/ Associação Nacional de História.** São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP: ANPUH, 1999.

Recebido: 29/06/2010
Aprovado: 30/09/2010